

Câmara retoma discussão sobre criação do Catetinho

Audiência pública debate a inserção do setor habitacional no PDOT

Lais Lis

Hoje, a Câmara Legislativa começa a discussão sobre a construção do Setor Habitacional do Catetinho. Na última reunião do secretariado, o governador José Roberto Arruda teria dito ao secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (Seduma), Cássio Taniguchi, que uma das prioridades é retirar do papel, o mais rápido possível, a criação bairro.

Segundo a assessoria da Seduma o planejamento do novo setor deve ser incluído no projeto do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). O plano é, hoje, o maior e mais polêmico projeto do Executivo em análise pela casa

Hoje, por proposta do deputado Batista das Cooperativas (PRP), haverá audiência pública sobre a criação do Setor Catetinho. O deputado, um dos representantes cooperativas habitacionais no DF, defende a inserção do projeto no PDOT e a sua rápida aprovação.

Mas não será nada fácil urbanizar a área que fica entre o Park Way e o Gama. O setor seria criado dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) Gama/Cabeça-de-Veados, onde nascem o Ribeirão do Gama e o Rio Alagados.

A resistência à criação do bairro não é só nos partidos de oposição. Hoje, representantes de organizações não-governamentais e populares entregam um manifesto na Câmara Legislativa.

Ameça aos mananciais

De acordo com a geóloga e presidente Fundação Sustentabilidade e Desenvolvimento, Mônica Veríssimo, são os mananciais do local que abastecem parte da po-

“

Se o governo quer passar por cima de legislações ambientais nós teremos que ir para uma instância superior

Mônica Veríssimo
geóloga e presidente da FSD

pulação do Park Way, Gama e Santa Maria.

Segundo a professora o local é protegido por várias leis ambientais. Entre elas a Resolução nº 10 do Conama e a Lei nº 9.985/2000. Ambas tratam de APA e exigiriam zoneamento ambiental e ecológico-econômico para a realização de qualquer atividade em uma área assim. A região onde há a previsão para a construção do Setor Habitacional do Catetinho não atende a nenhuma dessas exigências legais.

– Se o governo quer passar por cima de legislações ambientais nós teremos que ir para uma instância superior – alertou Mônica.

Para o deputado Batista das Cooperativas, a área do Catetinho será ocupada de forma organizada. Prevê que a Justiça não vedará o projeto depois que ele se adequar às exigências ambientais.

A arquiteta e urbanista Tânia Batella, do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), lembrou que o governo havia garantido que o projeto do Catetinho não seria implementado por causa das questões ambientais.

Segundo a arquiteta a promessa foi feita durante a terceira audiência



APOSTA– Batista das Cooperativas prevê aprovação da proposta

pública de discussão do PDOT pelo então subsecretário de Meio Ambiente, Gustavo Souto Maior, hoje presidente do Instituto Brasília Ambiental. Para Tânia Batella, a justificativa de que o local servirá para moradias sociais é uma ilusão já que a área é bem localizada.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em 2003, ingressou com uma ação judicial contra a urbanização da área. Hoje, no entanto, admite que a construção do Setor Habitacional do Catetinho pode ser autorizada.

Segundo o superintendente do Ibama, Francisco Palhares, são várias as ações que estão em andamento contra a construção do Catetinho. O superintendente não descarta a possibilidade da construção do setor. Argumenta que o uso de tecnologias

adequadas pode preservar os mananciais. Explicou que o instituto vai levar para a audiência apenas uma recomendação para que o Setor Habitacional do Catetinho não seja construído.

Suspensão por liminar

Enquanto se discute os impactos ambientais do novo projeto que deve ser apresentado pelo governo do DF. A Lei distrital 683, de 2003, que aprovou o estudo para a implantação do Setor Habitacional do Catetinho, foi alvo de uma ação direta de inconstitucionalidade proposta pelo atual governo. O governo argumentou que o projeto não poderia ser uma iniciativa da Câmara Legislativa e que o licenciamento ambiental ainda está pendente. A Justiça concedeu liminar a favor do governo.

foto